



## Comissão de Legislação, Justiça e Redação



### PARECER PARA DISCUSSÃO ÚNICA DO PROJETO DE LEI N.º 82/2002

#### Relatório

O Projeto de Lei n.º 82/2002, de autoria do Vereador José Helvécio Fernandes de Rezende, que "Institui a cobrança de meia - entrada para o ingresso de estudantes, nos locais e nas condições que especifica" conta com 5 artigos, incluindo o que trata da entrada em vigor do texto normativo.

O art. 1.º assegura aos estudantes o pagamento de meia - entrada do valor efetivamente cobrado para o ingresso nos eventos culturais, recreativos e esportivos do Município.

O § 1.º limita o benefício aos estudantes que se encontrem regularmente matriculados em estabelecimentos de ensino público ou privado de qualquer nível, autorizado a funcionar pelos Órgãos Públicos Competentes.

O § 2.º estabelece que o valor da meia - entrada corresponderá à metade do valor efetivamente cobrado do público em geral, ainda que o estabelecimento esteja praticando preço promocional ou concedendo desconto.

O art. 2.º prescreve a necessidade de comprovação da condição de estudante através da Carteira de Identidade Estudantil, autenticada pela Instituição de Ensino e expedida pela UNE - União Nacional dos Estudantes, no caso de estudantes de Nível Superior, ou pela UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, para os estudantes de Nível de Primeiro e Segundo Graus.

O § 1.º obriga as Instituições de Ensino a fornecerem às entidades estudantis mencionadas no *caput* as listagens dos estudantes devidamente matriculados nas suas unidades de ensino.

O § 2.º estabelece que as Carteiras de Identidade Estudantil perderão sua validade quando da expedição de nova carteira no ano letivo seguinte.

O art. 3.º fixa multa para o caso de descumprimento da Lei, no valor de 20 (vinte) Unidades Fiscais do Município - UFM, e suspensão ou cancelamento do Alvará de funcionamento, no caso de reincidência.

O art. 4.º indica a competência do órgão responsável da Prefeitura Municipal de Indianópolis para a fiscalização do cumprimento da Lei em questão.

O art. 5.º fixa como marco inicial de vigência da Lei a data de sua publicação.

#### Fundamentação

O projeto em questão visa garantir o pagamento de meia entrada aos estudantes do Município.



## Comissão de Legislação, Justiça e Redação



Analisando o referido projeto, primeiramente no que tange à competência legislativa, verifica-se que o mesmo foi adequadamente apresentado, posto que trata de assunto de interesse local, não sendo, ainda, a matéria regulamentada pelo mesmo, privativa do chefe do Poder Executivo, ou da mesa da Câmara Legislativa.

Para se analisar a pertinência legislativa do projeto em tela, é importante considerar que o mesmo visa regulamentar relações entre indivíduos, de um lado uma pessoa, que pode ser física ou jurídica, prestadora dos serviços de diversões, esportivos e similares, e de outro lado o estudante devidamente matriculado nas Instituições de Ensino, públicas ou particulares, sejam de quais níveis forem.

Sob tal prisma, é importante observar que os estudantes acima mencionados representam, na verdade, classe de indivíduos cuja diferenciação no tratamento interessa ao estado, posto que a este convém o enriquecimento cultural e intelectual de seus membros.

Importa observar, ainda, que o incentivo a freqüência dos jovens estudantes a eventos culturais, artísticos, esportivos e similares criará tal hábito, o que, sem sombra de dúvida, incrementará a atividade cultural no Município.

Por isso, observa-se que o estabelecimento da meia – entrada, da forma como foi proposta, não fere o ordenamento jurídico positivo, seja em âmbito constitucional ou infra constitucional, representando, em verdade, a supremacia do interesse público sobre o privado.

À guisa de conclusão, observa-se que o projeto ora em análise também não viola as normas referentes ao equilíbrio e responsabilidade fiscal do Município, uma vez que não gera despesas para ente da federação.

### Conclusão

Por todo o exposto, conclui-se, que o Projeto de Lei n.º 82/2002, que “Institui a cobrança de meia - entrada para o ingresso de estudantes, nos locais e nas condições que especifica”, atende aos pressupostos de sua legalidade, podendo prosseguir em sua tramitação regimental.

Sala das Reuniões, 30 de setembro de 2002.

*SM Resende*

Sebastião Miranda de Resende  
Relator

*Clodoaldo José Borges*  
Clodoaldo José Borges  
Presidente

*J. J. Alves da Silva*  
Jackson José Alves da Silva  
Membro

Aprovado em 30/9/02  
per unanimidade dos presentes  
*DD*  
Secretário da Câmara